

Sumário

Lista de acrônimos.....	7
Apresentação.....	9
Capítulo 1 – Noções gerais: o Direito Internacional no século XXI	25
1. Distinção do Direito Internacional Público.....	25
2. Sujeitos e atores de Direito Internacional	27
3. Características do Direito Internacional.....	29
4. Princípios gerais de Direito Internacional.....	31
5. O direito internacional contemporâneo: aumento da complexidade e internacionalização dos direitos	33
5.1. Integração frequente entre os direitos nacionais, o direito de sistemas regionais de integração e o direito internacional	34
5.2. Multiplicação de fontes normativas, além do Estado-nação ...	35
5.3. O processo onde o Estado deixa de ser o centro da produção normativa é conhecido por descentralização de fontes.....	35
5.4. Multiplicação de instâncias de solução de conflitos fora do Estado	36
5.5. Inexistência de hierarquia formal entre as normas jurídicas ou entre as instâncias de solução de conflitos.....	37
5.6. Acúmulo de lógicas distintas.....	37

PARTE I FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL

Capítulo 2 – Direito dos tratados	43
1. Noções gerais.....	43

1.1.	Características gerais.....	45
1.2.	Categorias e definições importantes.....	47
1.2.1.	Definições comumente utilizadas.....	47
1.2.2.	Categorias mais utilizadas: convenções, protocolos e troca de notas e suas diferentes acepções	49
A)	Convenção	50
B)	Protocolo	50
C)	Troca de notas.....	51
1.2.3.	Gentlemen's agreement e modus vivendi	51
1.3.	Classificação dos tratados.....	52
A)	Tratados-norma e tratados-contrato	53
B)	Tratados de direitos humanos e tratados em geral	53
2.	Gênese dos tratados.....	54
2.1.	Negociação dos tratados.....	54
2.1.1.	Iniciativa da negociação.....	55
2.1.2.	Envio de representantes diplomáticos e seus poderes	56
2.1.3.	Multiplicação das fontes de inspiração na definição do conteúdo do direito internacional.....	59
2.1.4.	Peculiaridades dos tratados multilaterais	62
2.1.5.	Construindo o texto de um tratado	64
A)	Preâmbulo	64
B)	Dispositivo.....	66
C)	Anexos.....	68
2.1.6.	Adoção do texto	68
2.2.	Engajamento dos sujeitos de direito internacional	71
2.2.1.	Assinatura	72
2.2.2.	Ratificação	74
A)	Competências e procedimentos para a ratificação de tratados no Brasil.....	76
B)	Engajamento do Executivo sem a participação do Legislativo.....	81
C)	Incorporação de atos internacionais sem o consentimento do Estado	84

D)	Engajamento parcial ou condicional a determinados tratados.....	87
2.3.	Engajamento em normas não obrigatórias: as soft norms.....	91
2.4.	Internalização dos tratados no Brasil e seu valor normativo....	96
2.4.1.	Internalização dos tratados no Brasil.....	96
2.4.2.	Valor normativo dos tratados.....	98
A)	Tratados em geral.....	99
B)	Tratados de direitos humanos.....	103
2.5.	Depósito, registro, publicação e entrada em vigor dos tratados.....	108
3.	Condições de validade dos tratados.....	112
3.1.	Capacidade das partes.....	112
3.2.	Objeto lícito.....	114
3.2.1.	Incompatibilidade com o direito nacional dos Estados.....	115
3.2.2.	Violação ao direito internacional: jus cogens.....	116
3.3.	Consentimento livre.....	119
3.3.1.	Erro.....	120
3.3.2.	Dolo.....	122
3.3.3.	Coação.....	122
3.3.4.	Corrupção.....	123
3.4.	Procedimento de invalidação do tratado.....	124
4.	Exigibilidade e efetividade dos tratados.....	124
4.1.	Limites e forma de cumprimento.....	125
4.1.1.	Limite territorial.....	125
4.1.2.	Limite temporal.....	129
4.1.3.	Forma de cumprimento: a obediência ao princípio da boa-fé.....	130
4.2.	Controle da efetividade dos tratados.....	132
4.2.1.	Relatórios.....	132
4.2.2.	Inspeções.....	135

4.2.3. Organizações Internacionais de controle.....	136
4.2.4. Medidas unilaterais positivas e negativas	138
5. Hermenêutica de tratados	139
5.1. Modalidades de interpretação	139
5.2. Regras básicas de interpretação.....	141
6. Incompatibilidade entre tratados	146
6.1. Soluções encontradas para a incompatibilidade de tratados....	146
6.2. Soluções não encontradas pelo direito internacional.....	147
7. Modificação dos tratados	149
7.1. Modificação expressa	149
7.2. Modificação tácita.....	150
7.3. Especificidades dos tratados multilaterais	150
8. Extinção dos tratados	151
Capítulo 3 – Costumes e outras fontes não convencionais	161
1. Costumes	161
1.1. Natureza jurídica do costume internacional.....	162
1.2. Elementos do costume	163
A) Elemento objetivo ou material.....	163
B) Elemento subjetivo	164
C) Elemento espacial.....	169
1.3. Críticas aos costumes	170
1.4. Extinção do costume	170
2. Princípios gerais de direito internacional	170
2.1. Valor normativo dos princípios.....	172
2.2. Variação do reconhecimento dos princípios, conforme o ambiente jurídico.....	173
3. Atos unilaterais.....	176
3.1. Atos unilaterais das Organizações Internacionais.....	177
3.2. Atos unilaterais comuns entre os Estados e as Organizações Internacionais.....	179

4.	Precedentes judiciais.....	183
5.	Equidade e doutrina.....	184

PARTE II

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL

Capítulo 4 – O Estado sob a ótica do direito internacional.....	189
1. População.....	189
1.1. Conceitos fundamentais: população, nação e povo.....	190
1.1.1. População.....	190
1.1.2. Nação.....	191
1.1.3. Povo.....	193
1.2. Os nacionais.....	193
1.2.1. A liberdade do Estado na definição de seus nacionais.....	194
A) Nacionalidade: um atributo de pessoas físicas, mas extensível a pessoas jurídicas e coisas.....	196
B) Nacionalidade originária e derivada.....	199
1.2.2. Aquisição da nacionalidade brasileira.....	200
A) Brasileiros natos.....	201
B) Brasileiros naturalizados.....	204
C) Limitações à igualdade de direitos entre brasileiros natos e naturalizados.....	209
D) Dupla nacionalidade.....	211
E) Portugueses no Brasil.....	212
1.2.3. Perda da nacionalidade brasileira.....	213
A) Perda da nacionalidade por sentença judicial.....	214
B) Perda da nacionalidade em função da renúncia à nacionalidade brasileira.....	214
1.3. Estrangeiros.....	215
1.3.1. Direito de permanecer no Brasil, com direitos iguais.....	216
A) Estrangeiro com visto.....	216
B) Estrangeiro residente.....	217
C) Direitos de asilo e de refúgio.....	218

1.3.2.	Dever de sair do Brasil	219
A)	Repatriação	220
B)	Deportação	221
C)	Expulsão	222
D)	Extradição	223
E)	Transferência de execução de pena e de pessoa condenada	230
F)	Entrega de nacionais ou de estrangeiros	233
1.4.	Apátridas	233
2.	Território	236
2.1.	Expansão do domínio soberano sobre novos espaços territoriais	239
2.1.1.	Ocupação efetiva	240
2.1.2.	Conquista	244
2.1.3.	Secessão	245
2.1.4.	Cessão convencional	246
2.1.5.	Fusão convencional	247
2.1.6.	Decisão unilateral	247
2.1.7.	Descolonização	248
2.2.	Domínio do Estado no território terrestre	250
2.2.1.	Rios	251
2.2.2.	Mares e lagos	254
2.2.3.	Ilhas fluviais ou lacustres	255
2.2.4.	Divisores de águas	256
2.3.	Domínio do Estado sobre as regiões marinhas	257
2.3.1.	Mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva	258
2.3.2.	Estreitos ou canais	264
2.3.3.	Ilhas e arquipélagos	265
2.3.4.	Direito de passagem inocente	265
2.4.	Domínio do Estado sobre o espaço aéreo	267
2.5.	Competências exercidas sobre outros territórios	269
2.6.	O patrimônio comum da humanidade	269

2.7.	Exercício da jurisdição do Estado no território de outros Estados.....	272
3.	Governo.....	276
3.1.	Reconhecimento de um novo Estado.....	277
3.2.	Reconhecimento de um novo Governo.....	281
3.3.	Outras situações.....	285
3.3.1.	Subdivisões políticas do Estado.....	285
3.3.2.	Tipos especiais de personalidade internacional.....	287
3.3.3.	Situações sui generis.....	288
4.	Soberania estatal: uma introdução.....	290
4.1.	Um apanhado sobre a noção clássica de soberania.....	290
4.2.	Um apanhado sobre a visão contemporânea de soberania.....	294
5.	Sucessão de estados.....	301
5.1.	Sucessão de Estados em relação aos tratados.....	303
5.1.1.	Novos Estados independentes.....	304
5.1.2.	Fusão de Estados.....	306
5.1.3.	Dissolução do Estado em diversos Estados.....	306
5.2.	Sucessão dos Estados em relação a bens, arquivos e dívidas ..	307
5.2.1.	Transferência de bens.....	308
5.2.2.	Transferência de arquivos.....	310
5.2.3.	Transferência de dívidas.....	310
5.3.	Outras situações.....	311
	Capítulo 5 – Organizações Internacionais.....	317
1.	Criação de uma Organização Internacional.....	318
1.1.	Personalidade jurídica.....	318
1.2.	Motivação dos Estados.....	322
2.	Funcionamento da Organização Internacional.....	325
2.1.	Estruturas mais comuns.....	325
2.2.	Membros.....	327

2.3.	Capacidades institucionais	329
2.4.	Competências institucionais	335
2.5.	Relação entre a ordem jurídica nacional e institucional	339
2.6.	Procedimento de tomada de decisão	342
2.7.	Controle dos atos das Organizações Internacionais	344
3.	Extinção e sucessão de Organizações Internacionais	345
4.	Visão geral sobre algumas Organizações Internacionais mais relevantes	345
4.1.	Organização das Nações Unidas	346
4.1.1.	Membros	346
4.1.2.	Principais estruturas	347
A)	Assembleia Geral	348
B)	Conselho de Segurança	350
C)	Conselho Econômico e Social	352
D)	Conselho de Tutela	352
E)	Secretário-Geral	353
4.1.3.	Sistema onusiano	354
4.2.	Organização Mundial do Comércio	355
4.2.1.	Membros	356
4.2.2.	Principais estruturas	356
A)	Conferência ministerial	356
B)	Órgão de Revisão de Políticas Comerciais	356
C)	Órgão de Solução de Controvérsias	357
D)	Conselho Geral	357

PARTE III

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS ESTADOS

Capítulo 6 – Relações diplomáticas e consulares	365
1. Relações Diplomáticas	366
1.1. A missão diplomática	368
1.1.1. Missão permanente	368

1.1.2.	Missão especial ou temporária.....	371
1.2.	O pessoal da missão diplomática.....	372
A)	O chefe da missão diplomática	372
B)	Os membros do pessoal da missão diplomática	373
1.3.	O local da missão diplomática.....	375
1.4.	As funções da missão diplomática.....	375
1.5.	Imunidades e privilégios diplomáticos.....	377
1.5.1.	Imunidades pessoais de natureza tributária	381
1.5.2.	Imunidades de natureza trabalhista	382
1.5.3.	Imunidades da missão diplomática	383
1.5.4.	Imunidade de jurisdição e de execução	386
1.5.5.	Duração das imunidades e extensão aos familiares dos membros da missão.....	395
1.5.6.	Privilégios.....	395
1.6.	Relações diplomáticas e Organizações Internacionais	396
2.	Relações consulares.....	399
2.1.	A repartição consular	400
2.2.	O pessoal da repartição consular	402
2.3.	As funções da repartição consular.....	403
2.4.	Privilégios e imunidades consulares	404
3.	Ruptura das relações diplomáticas e consulares	406
4.	Breves considerações sobre a carreira diplomática no Brasil	407
Capítulo 7 –	Sistemas regionais de integração	411
1.	Modalidades de integração regional.....	411
2.	Reconhecimento pelo Direito Internacional econômico.....	414
3.	Alguns sistemas regionais de integração.....	417
3.1.	Mercado Comum do Sul (Mercosul).....	418
3.1.1.	Criação, evolução da composição dos membros e natureza jurídica	418
3.1.2.	Estruturas administrativas comuns.....	420

A)	Foros de caráter executivo: o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Secretaria Administrativa.....	420
B)	Foros de caráter legislativo: Parlamento do Mercosul.....	422
C)	Foros de caráter judiciário: o Tribunal Arbitral <i>ad hoc</i> e o Tribunal Permanente de Revisão.....	422
D)	Foro de participação da sociedade: foro consultivo econômico-social.....	425
3.2.	União Europeia.....	426
3.2.1.	Criação, evolução da composição dos membros e natureza jurídica.....	426
3.2.2.	Estruturas administrativas comuns.....	429
A)	Foros de caráter executivo: Conselho Europeu e Comissão Europeia.....	429
B)	Foros de caráter legislativo: Conselho da União Europeia e Parlamento europeu.....	430
C)	Foros de caráter judiciário: Tribunal Geral, Tribunal da Função Pública, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça.....	432
D)	Foros de participação da sociedade e das regiões: Comitê Econômico-Social Europeu e Comitê das Regiões.....	434
E)	Instituições financeiras de suporte: Banco Central Europeu e Banco Europeu de Investimentos.....	434
Capítulo 8 –	Responsabilidade internacional dos Estados.....	439
1.	Ato passível de responsabilização.....	440
1.1.	Ação ou omissão.....	440
1.2.	Ato ilícito ou não proibido.....	442
1.3.	A ação ou omissão do Estado ou de uma Organização Internacional.....	444
1.3.1.	Atos do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário.....	444
1.3.2.	Negação de justiça.....	450
1.3.3.	Atos de particulares.....	450
1.3.4.	Insurreições, revoltas e guerras.....	452

2.	Dano.....	455
2.1.	Natureza do dano.....	455
2.2.	Gravidade do dano.....	456
2.3.	Vítimas dos danos.....	458
3.	Nexo de causalidade e imputabilidade.....	462
3.1.	Nexo de causalidade.....	462
3.2.	Imputabilidade.....	463
4.	Gradação da responsabilidade internacional: outros elementos importantes.....	464
5.	Causas de exclusão da ilicitude.....	465
6.	Esgotamento das instâncias internas e o foro internacional competente.....	468
7.	Reparação do dano.....	470
8.	Novastendências: responsabilidade objetiva, socialização dos danos e temas de interesse comum da humanidade.....	473

PARTE IV SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

Capítulo 9 – Soluções pacíficas de controvérsias.....	481
1. Instrumentos não jurisdicionais de solução de controvérsias.....	482
1.1. Negociação diplomática.....	483
1.2. Investigação.....	485
1.3. Bons ofícios.....	486
1.4. Mediação.....	486
1.5. Conciliação.....	487
2. Instrumentos jurisdicionais de solução de controvérsias.....	487
2.1. Arbitragem.....	489
2.2. Cortes internacionais.....	491
2.2.1. Pressupostos processuais comuns: legitimidade das partes e interesse de agir (locus standi).....	494

A)	Legitimidade das partes	494
B)	Interesse de agir (<i>locus standi</i>)	494
2.2.2.	Problemas de coerência entre o direito aplicável pelas Cortes internacionais	496
3.	Solução de controvérsias comerciais na organização mundial do comércio	498
3.1.	Competências	500
3.1.1.	Ratione personae	500
3.1.2.	Ratione materiae	502
3.2.	Aspectos processuais	503
3.2.1.	Consultas	503
3.2.2.	Painel	503
3.2.3.	Apelação	506
A)	Apelação da parte	507
B)	Reação do Órgão de Apelação	508
C)	Reação das demais partes	508
D)	Audiências	509
E)	Decisão	509
3.2.4.	Implementação da decisão	509
3.2.5.	Compensações em caso de não implementação	511
3.2.6.	Particularidades do processo em relação à participação de atores privados	512
3.2.7.	O adensamento de juridicidade nas soluções de controvérsias econômicas	513
4.	Solução de controvérsias na Corte Internacional de Justiça	515
4.1.	Competências	516
4.1.1.	Ratione personae	516
4.1.2.	Ratione materiae	517
A)	Competência prevista em tratados	517
B)	Competência aceita pelos Estados em casos específicos	518
C)	Competência aceita de forma genérica para determinados temas	519

4.2.	Aspectos processuais dos contenciosos.....	520
4.3.	Aspectos processuais dos pareceres consultivos na CIJ	526
4.4.	Particularidades do processo em relação à participação de atores privados	529
5.	Solução de controvérsias na corte interamericana de direitos humanos.....	530
5.1.	Competência.....	531
5.1.1.	Ratione personae.....	531
5.1.2.	Ratione materiae	531
5.2.	Aspectos processuais dos contenciosos.....	531
5.3.	Aspectos processuais dos pareceres consultivos	535
6.	Breves considerações sobre outras Cortes Internacionais.....	535
6.1.	Tribunal de Justiça da União Europeia.....	536
6.2.	Corte Europeia de Direitos Humanos	537
6.3.	Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul.....	538
6.4.	Tribunal Penal Internacional.....	538
Capítulo 10 – Mecanismos de pressão e o uso da força.....		541
1.	Contramedidas.....	542
1.1.	Retorsão	542
1.2.	Represália.....	543
1.3.	Institucionalização das contramedidas	545
2.	O uso lícito da força.....	548
2.1.	O uso da força em casos de legítima defesa	549
2.2.	Segurança coletiva	554
2.2.1.	Características gerais.....	556
2.2.2.	Manutenção da paz, restauração da paz e reconstrução da paz	561
2.3.	Direito de ingerência humanitária.....	563
2.4.	Direito humanitário.....	568